



GT 06. Antropologia da Economia

Coordenador(es):

Arlei Sander Damo (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Gustavo Gomes Onto (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1

Debatedor/a: Lúcia Helena Alves Müller (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Desde o nascimento da nossa disciplina os intercâmbios de objetos e riquezas, mediados ou não pelo dinheiro, as formas de valoração e de provimento das condições materiais de continuidade da vida foram objeto de descrição e interpretação a partir dos modos de vida dos “outros”. As teorias econômicas já tinham grande importância nas sociedades a partir das quais surgiu a antropologia e, nas últimas décadas, se tornaram uma verdadeira linguagem global. A importância dos especialistas, sejam acadêmicos ou gestores governamentais, nunca foi tão grande, tendo esses um papel preeminente no desenho de políticas de larga escala. Economia, portanto, concerne a uma multiplicidade de objetos, temas e possibilidades de abordagem que implicam, sempre, o questionamento sobre a própria definição sobre o que seja “a economia” ou que caracterize algo – prática, teoria – como “econômico”. A Antropologia da Economia vem ganhando novo fôlego no país, com a organização de diversos eventos e publicações acadêmicos voltados a essa área de estudos. O objetivo do GT é propiciar um espaço dedicado a colocar em diálogo trabalhos que possibilitem explorar a multiplicidade de sentidos da economia, as diversas escalas de observação que ela permite e provoca e as ambiguidades e misturas que colocam em questão as fronteiras e limites do econômico, como a relação com as práticas familiares, a intimidade, a religião, o consumo, a dádiva, as moralidades, o Estado e assim por diante.

Leve, depois você paga: uma reflexão etnográfica sobre a organização do tempo na feira da 25 de Setembro em Belém/PA a partir do crédito

Autoria: José Maria Ferreira Costa Júnior (IBGE)

Em que medida é possível considerar que as diferentes transações realizadas a prazo por feirantes de Belém/PA, sem a mediação bancária, são elementos organizadores do tempo nas feiras livres da cidade? A fim de buscar respostas a esse questionamento retorno aos dados do work de campo de minha dissertação (COSTA, 2018), que tratou das relações entre classificações, crédito, distinção e regime de valor nas circulações do pirarucu salgado (Arapaima gigas), para compreender como as diferentes formas de crédito na circulação de mercadorias nesses espaços dão um ritmo próprio às sequências de eventos que a compõe. Assim, procuro evidenciar uma dimensão das relações sociais nas feiras que ainda não recebeu atenção nos works que abordam os mecanismos nativos de compra e venda a prazo (WILM, 2012; BORGES, 2013; NETO, LEITÃO, et. alli, 2016). Para trabalhar com a ideia de tempo sem cair em discussões metafísicas, retomo as abordagens de EVANS-PRITCHARD (2011), ELIAS (1998) e GELL (2013) para refletir sobre a construção dos meios de orientação e imagens temporais pelos sujeitos dos eventos que marcam os ritmos das atividades diárias no comércio popular da capital paraense. Dessa forma, analiso os dados registrados durante a observação participante que realizei na feira da 25 de Setembro entre fevereiro e julho de 2016, período no qual trabalhei com duas feirantes que comercializam pirarucu salgado no setor de mercearias daquela feira e pude observar que tanto as dinâmicas de aquisição de mercadorias no atacado, como diferentes estratégias de venda no varejo, são realizadas através de crédito direto entre fornecedores, feirantes e consumidores, o que implica a produção de referências próprias para a ordenação do work e das sociabilidades. Para



demonstrar esse argumento, descreverei como cada fase das transações que se concretizam em etapas separadas por dias e semanas produz expectativas, tensões, intensidades e satisfações próprias, sobrepostas ao calendário civil, porém, profundamente ligadas ao regime das festas da comensalidade no Pará: a Semana Santa, o Círio de Nazaré, Natal e Ano Novo.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: